La Dieta de Maduro: migração venezuelana, geopolítica e alimentação.

La Dieta de Maduro: Venezuelan migration, geopolitics and food.

Iana dos Santos Vasconcelos*
Sandro Martins de Almeida Santos**

Resumo: O artigo revisa a posição da Venezuela na geopolítica internacional e as mudanças políticas e econômicas ocorridas no país nas últimas décadas. Esse panorama contribui para o entendimento da chamada "crise humanitária" que transborda as fronteiras nacionais. Para muitos/as venezuelanos/as, entrevistados/as durante pesquisa de campo entre 2016-2020, a migração venezuelana para o Brasil se explica como a fuga de *La Dieta de Maduro,* uma anedota que expressa descontentamento com o regime político em vigor e culpabiliza o presidente da República pelo desabastecimento de gêneros alimentícios no país. Partindo desse conceito "nativo", de caráter polifônico, apresentamos o emaranhado de interesses políticos e econômicos, internos e externos, que promovem a instabilidade social, as restrições alimentares e impulsionam os movimentos de emigração. Por fim refletimos sobre a relação entre uma "política da crise", pactuada internacionalmente, e o estado de "crise política" na Venezuela.
Palavras-chave: La Dieta de Maduro. Geopolítica. Migração venezuelana.

Abstract: The article reviews Venezuela's position in international geopolitics and the political and economic changes that have taken place in the country in recent decades. This panorama contributes to the understanding of the so-called "humanitarian crisis" that goes beyond national borders. For many Venezuelans

* Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (2021), São Carlos – SP, Brasil. Bolsista FAPESP proc. nº 2016/ 14055-0. Pesquisadora do Laboratório de Estudos Migratórios (LEM/UFSCar), Grupo de Estudos Interdisciplinar Sobre Fronteiras (GEIFRON/UFRR) e Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia (GEMA/UFAM).
** Professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus – AM, Brasil. Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2013) e Pós-Doutorado em Sociedade e Fronteiras na Universidade Federal de Roraima (2015-2017). Foi pesquisador vinculado ao Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra (2014). Atua como vice-líder do Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia (GEMA). Dedica-se ao estudo dos fluxos transnacionais de pessoas, conhecimentos e afetos.

interviewed during field research between 2016-2020, the Venezuelan migration to Brazil is explained as the running away from *La Dieta de Maduro*, an anecdote that expresses discontent with the current political regime and blames the President of the Republic for the shortage of foodstuffs in the country. Starting from this "native" concept, of polyphonic character, we present the tangle of political and economic interests, internal and external, that promote social instability, food restrictions and drive emigration movements. Finally, we reflect on the relationship between a "crisis policy", internationally agreed, and the state of "political crisis" in Venezuela.

Keywords: La Dieta de Maduro. Geopolitics. Venezuelan migration.

Introdução

O presente artigo apresenta uma abordagem interdisciplinar à encruzilhada geopolítica que envolve a Venezuela e dá ensejo ao movimento migratório de cidadãos venezuelanos para países fronteiriços a partir de 2013. Elegemos o tema da "alimentação" como eixo condutor da nossa análise tendo em vista a sua centralidade nas narrativas e mobilizações de venezuelanos e venezuelanas que escolheram o Brasil como destino. A busca por comida e a necessidade de enviar alimento àqueles/as parentes que ficaram na Venezuela colocou em movimento um volume expressivo de pessoas para reinventar suas vidas em outros países[1]. Os dados aqui trabalhados são provenientes de pesquisa de campo intermitente conduzida entre os anos de 2016 e 2020, nas cidades de Pacaraima, Boa Vista e Manaus, visitando moradias e abrigos institucionais, realizando entrevistas semiestruturadas, mantendo conversas informais registradas em diário de campo, participando de reuniões para discussão de políticas governamentais e realizando trabalho voluntário.

Num primeiro esforço analítico, denominamos esse processo como "migração da fome" (VASCONCELOS, SANTOS, 2020), porém em diálogo com

[1] De acordo com a Plataforma Regional de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela (R4V), atualmente existem mais de 4,5 milhões de venezuelanos/as (cerca de 16% da população total do país) espalhados pela América Latina, segundo dados reportados pelos governos anfitriões. Ver: https://www.r4v.info/ acessado em 06/06/2021.

pares fomos advertidos sobre o risco de reforçar estigmas e preconceitos. Ainda que a ausência de alimentação seja assunto recorrente na narrativa de venezuelanos/as, é desnecessário associar a figura do migrante aos atributos sociais depreciativos relativos à fome. Como bem resumiu Lúcia Puga, no prefácio daquela coletânea, o "doloroso capítulo" descrevia a busca pela sobrevivência, a submissão dos indivíduos a toda sorte de trabalho precário, a modificação da paisagem das cidades, e as novas rotas de transporte de pessoas e alimentos (PUGA, 2020, p. 8).

Aqui pouparemos os/as leitores/as de novos detalhes sobre os infortúnios pessoais. Guardamos a lupa etnográfica e tentamos posicionar esses migrantes venezuelanos e a Venezuela no mapa das controvérsias geopolíticas globais. Entendemos a geopolítica, de acordo com Bertha Becker (2005), como "um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico". Becker notabilizou-se por seus estudos sobre as estratégias de controle territorial na Amazônia e agora nos inspira a compreender como a Venezuela também pode ser vista como um campo de disputas geopolíticas.

Faz-se necessário, para tanto, conhecer quais são e como atuam os poderes (internos e externos) interessados nos recursos minerais do território venezuelano e que concorrem para a instabilidade política e econômica do país. Recorrer à geopolítica significa se perguntar como estão articulados os interesses internos e influências externas sobre a trajetória de um país, a partir do momento em que foi descoberto petróleo em seus domínios[2]. Uma história de oscilações entre a abundância e a escassez que tem os seus mais pungentes efeitos ao longo da década de 2010, com desabastecimento de gêneros alimentícios, durante o governo de Nicolás Maduro.

Em meio às narrativas sobre a necessidade de comprar comida no Brasil, os/as venezuelanos/as nos ofereceram um conceito polifônico para explicar seus infortúnios: *la Dieta de Maduro*. O conceito de "dieta" remete à ideia de procedimentos terapêuticos prescritivos e restritivos relacionados aos hábitos alimentares. Na teoria dos humores, de Hipócrates (atribuído "pai" da Medicina), dieta era um regime de vida. Um conjunto de atitudes controladas tendo como fim o bem estar corporal. A "dieta" hipocrática seria uma ancestral

[2] O território venezuelano abriga as maiores reservas confirmadas de petróleo do planeta (GARCIA, 2014).

das prescrições médicas "modernas". Recomenda-se o consumo diário de nutrientes, indicando tipos e quantidades de alimentos, bem como horários em que devem ser consumidos, além de estabelecer interdições (CARVALHO et al., 2011).

> Numa sociedade em que a ordem alimentar segue a disseminação do biopoder, "fazer dieta" carrega consigo o sentido de restrição de um regime de vida, primando por práticas voltadas para o controle e a segurança, como modo ou tentativa de evitar a doença, de afastar os riscos à saúde. (CARVALHO et al., 2011, p. 161)

No caso dos/as venezuelanos/as, a noção de "dieta" é acionada de maneira irônica, um jogo de palavras com a finalidade de criticar não somente o desabastecimento de comida, mas o próprio regime político em vigor no seu país. É como se o Estado estivesse para o cidadão, assim como um especialista (médico, curandeiro, pajé, etc.) em relação ao paciente enfermo. Ao buscar a vida em outros territórios, os/as migrantes estão sinalizando que a dieta ou o regime de vida pactuado com o governante já não atende mais às suas necessidades.

No bojo de um complexo de reivindicações ouvidas ao longo da pesquisa de campo, um aspecto mencionado recorrentemente como mecanismo propulsor da mobilidade era a necessidade de nutrição. Podemos dizer, na esteira de Audrey Richards (1932), que a alimentação é o processo biológico mais importante para a vida humana. Contudo, saciar a fome imediata é diferente de nutrir. É possível se fartar diariamente na Venezuela, por exemplo, comendo lentilhas ofertadas pelo governo[3]. Todavia, uma dieta nutritiva balanceada exige recursos e acesso a alimentos variados, inacessíveis para grande maioria da população venezuelana. Nesse sentido, *la Dieta de Maduro* ganha uma expressão literal de restrição sobre o comportamento alimentar.

As necessidades nutricionais, eufemismo para a condição de fome, ameaçam sobremaneira não somente a qualidade de vida dos/as migrantes, mas

[3] O programa *Caja Clap*, vinculado ao Ministério do Poder Popular para a Alimentação, consiste na distribuição de cestas básicas vendidas a preços subsidiados às famílias de baixa renda, previamente cadastradas. As caixas de alimentos continuam a chegar às casas, mas com menos produtos. O alimento que mais repetiam mês a mês, em 2019, eram as lentilhas. Um grão que saturou a dieta diária, afirmavam os/as migrantes venezuelanos/as. Para maiores informações consultar: https://transparencia.org.ve/project/los-clap-la-dominacion-se-entrega-puerta-puerta/

a sua própria condição de existência e reconhecimento enquanto pessoa. Como alerta Sidney Mintz (2001), por vezes nos esquecemos que a fome é impositiva. E a caminhada venezuelana Brasil adentro não nos permite o luxo desse esquecimento. Mas a dialética da fome/alimentação não pode ser pensada de maneira isolada, pois se encontra emaranhada com questões políticas, socioeconômicas e culturais. Eunice Maciel (2005) e Ellen Woortman (2013) lembram que a alimentação constitui uma linguagem, ela é revestida de significados e não deve ser confundida com o simples ato de "encher a barriga".

Para alguns e algumas migrantes venezuelanos/as a fome é utilizada como alegoria para descrever outras necessidades que perpassam o ato de nutrir o corpo. Para um jovem psicólogo natural de Valencia, "*eu vim para o Brasil com fome de superação e liberdade*"[4]. Traçando uma analogia sobre as condições dos migrantes venezuelanos/as com o livro "Os Miseráveis[5]", ele cita a frase: "*Não é você, nem eles, é pela República*", em alusão ao projeto republicano venezuelano que, na sua perspectiva, fracassou e impulsionou as pessoas se colocarem em movimento em busca de suprir carências. Nesses termos, *La Dieta de Maduro* recebe uma conotação explicitamente política ao questionar todo um regime de vida mediado não por recomendações médicas, mas por constrangimentos de ordem geopolítica.

Nas próximas seções apresentamos um panorama histórico e cultural sobre a relação dos venezuelanos e a geopolítica do petróleo. Veremos como movimentos migratórios para dentro e para fora do país foram condicionados por diferentes situações da Venezuela na conjuntura internacional. A discussão é atravessada por relatos de migrantes que também expressam suas posições sobre as mudanças atravessadas pelo país de origem. Emergem diferentes perspectivas sobre a chamada "crise" Venezuelana.

Ao final, abordamos a construção de um certo consenso "anti-anti-hegemônico" que opera para objetivar um diagnóstico de "crise humanitária" que justifica a instalação de aparato militar e civil para remediar a crise nas

[4] Entrevista concedida ao programa "café con té", programa de rádio idealizado e executado por migrantes venezuelanas em Manaus, disponível em: www.estacionmix.com, em: 28/10/2020.
[5] Referência a *Les Misérables* (Os miseráveis), obra do autor francês Victor Hugo, considerado um dos principais romances do século XIX. O livro descreve, por meio da história do personagem Jean Valjean, o contexto político e social francês no período da chamada Insurreição Democrática.

fronteiras venezuelanas. Entre dietas e regimes, buscamos encontrar os pontos de encontro entre a "crise política" e a "política da crise".

Da abundância à escassez

País historicamente formado pela participação de imigrantes, desde a década de 1980 a Venezuela vem apresentando uma tendência de aumento das suas emigrações. Um processo que vem se acentuando a partir da década de 2000. Uma instabilidade política de longo prazo estaria estimulando o êxodo de milhões de cidadãos, mesmo atravessando períodos de prosperidade garantidos pelos altos preços do petróleo (CAÑIZÁLEZ, 2018; DE LA VEGA, 2016; FREITEZ, 2011; VAZQUEZ, 2012).

A demógrafa venezuelana Anitza Freitez já alertava em 2011 para a tendência de crescimento da emigração Venezuelana, que já leva três décadas. Ela diz isso baseada em dados fornecidos por órgãos internacionais dos países acolhedores, uma vez que o governo venezuelano não realiza levantamentos estatísticos sobre o tema. De acordo com a estudiosa, num primeiro momento a informação não causava grandes repercussões nos países acolhedores, à medida que os migrantes não produziam demandas sociais nestes países. Mas, ao contrário, sua força de trabalho qualificada (sobretudo ligada à indústria petroleira) gerava transferência de riqueza (FREITEZ, 2011, p. 14). O que vem ocorrendo atualmente é justamente o oposto. As pessoas chegam ao Brasil, especificamente a Boa Vista e Manaus, carentes de saúde, alimentação e moradia, sendo geralmente encaradas pelas três esferas de governo como crise migratória e problema social.

Como muitos de seus *paisanos/as*, Crisco[6] (67 anos) também cultiva em sua memória o mito heroico e as narrativas políticas que prometiam melhores condições de vida para Venezuela. Pertencente a uma família numerosa, crescida em bairro popular de Caracas, adorava ouvir as histórias contadas por seus avós na cozinha entre *arepas* quentes acompanhadas de *café con leche*. Filha da "democracia venezuelana", como se intitula, tinha cinco anos quando,

[6] Os nomes próprios aqui empregados são fictícios, tendo em vista preservar privacidade dos/as interlocutores/as da pesquisa.

em 23 de janeiro de 1958, foi deposto o último ditador da Venezuela, o militar Marcos Pérez Jiménez. Desde então somente conhecia ares de liberdade e os esforços para fazer da democracia o melhor estilo político da Venezuela, respeitando as diferentes correntes ideológicas presentes no país. Em meados dos anos 1950 a Venezuela viveu um processo de democratização marcado por conflitos que foram basilares na consolidação da representatividade de diferentes correntes políticas e segmentos sociais nas esferas de poder estatal (MENDES, 2010).

O petróleo é o elemento central na composição desse cenário. O "ouro negro" foi responsável por mudanças expressivas na economia e na política do país. A descoberta dos primeiros poços de petróleo, ainda na década de 1920, atraiu expressivo capital estrangeiro e consolidou um aparato estatal forte responsável pela distribuição da maior parcela de riqueza do país (FERNÁNDEZ, 2019). A vinculação entre capital e Estado mediada pela produção e renda petroleira se manteve presente no processo de democratização do país. Apesar do envolvimento das camadas médias e populares nos rumos políticos, com a organização de lutas de classe, não houve modificações nas formas de apropriação do regime capitalista (MENDES, 2010, p.33).

Durante o processo de democratização, o grupo político da ala socialista precisou realizar uma aliança com os militares dissidentes do governo central para ascender ao poder. Paradoxalmente, a aliança civil-militar foi responsável pelo fim da ditadura militar no país e a inauguração da democracia representativa com as primeiras eleições diretas. Isso, por sua vez, acarretou numa série de mudanças políticas, enfraquecendo o poder de oligarquias locais e fortalecendo o governo central, especialmente o exército. Entre as décadas de 1950 a 1970 a Venezuela foi referência de democracia na América Latina, com alternância de poder nos mandatos e a liberdade de atuação de entidades de classes, como sindicatos e associações (MENDES, 2010, p.7-8).

Por outro lado, a centralização da produção petrolífera como a principal atividade econômica do país proporcionou uma economia dependente que exportava produtos primários e dependia da importação de bens de consumo de grandes potências econômicas, especialmente dos Estados Unidos. De acordo com o comunicólogo venezuelano Adrian Padilla Fernández, a influência

estrangeira pode ser observada nas distintas lógicas de consumo e de produção da sociedade venezuelana "pautada pelas relações com o Estado e a configuração de subjetividades que naturalizavam a dominação do modelo norte-americano" (FERNÁNDEZ, 2019, p.180).

Apesar de iniciativas governamentais que incentivassem a modificação do modelo de importação do país, como o fomento à reforma agrária e à diversificação da produção industrial, foram poucos os avanços. Os financiamentos dessas ações dependiam de recursos estatais e estrangeiros que eram impactados diretamente pelas variações de demandas e restrições de comercialização do petróleo em âmbito internacional. Em contrapartida, as demandas por programas sociais eram permanentes e crescentes. Em outras palavras, a manutenção do estado e da estrutura produtiva do país era diretamente dependente dos recursos gerados pela comercialização do petróleo. Os limites da comercialização do produto traduziam-se em limites da capitalização e manutenção de políticas governamentais do Estado Venezuelano. A vasta quantidade do petróleo no país, associada ao baixo custo de produção e alto preço para venda, em determinadas conjunturas, tornava mais lucrativo usar o capital gerado pelo petróleo na compra de produtos para o consumo em detrimento do fomento às indústrias nacionais (MENDES, 2010, p.34-35).

Do início da década de 1970 ao início da década de 1980, houve uma efervescência gerada pela alta do barril do petróleo que chegou ao seu auge no mercado internacional[7]. A injeção surpreendente de capital no país garantiu a estabilidade econômica e permitiu o fortalecimento de políticas de proteção social que não acarretariam o aumento de carga tributária. Isso agradou as camadas altas, médias e populares, à medida que não impactou em impostos aos ricos, aumentou o poder de consumo da classe média com a valorização da moeda em relação ao dólar e ampliou o acesso às políticas e programas sociais das classes populares (MENDES, 2010; USECHE, LINÁREZ, 2018).

Recordando sobre esse período, em uma de nossas inúmeras conversas sobre a nostálgica Venezuela que habitava a sua memória, Crisco contou-nos sobre a *Tribu Tá Barato! Dame dos!* Com sorriso no rosto e, ao mesmo tempo,

[7] De acordo com Mendes (2010, p.35), o preço do barril do petróleo teve aumento de 300% em poucos meses.

um ar de melancolia, relembrava a época de bonança em sua terra natal. De acordo com ela, Miami era o destino preferencial do roteiro turístico de compras da classe média venezuelana. Os traços idiossincráticos da cultura venezuelana os tornavam, aos seus olhos, uma tribo, fortemente identificada pelos/as vendedores/as locais. Sempre que perguntavam o preço de algum produto, os/as turistas venezuelanos/as, considerando barato em relação ao seu alto poder aquisitivo, admiravam-se com o valor e exclamavam: *Tá barato!, ¡dame dos!"*. A expressão tornou-se popular nos idos da década de 1970 até o início da década de 1980, período que ficou conhecido como o tempo da "Venezuela saudita"[8], no qual o país foi fortemente capitalizado com recursos estrangeiros em virtude do aumento do preço do petróleo no mercado internacional e da nacionalização da indústria petroleira (RAMÍREZ et.al, 2019).

Para Moises Naim e Ramon Piñango (1985), a Venezuela vendia no exterior a imagem de um certa "ilusión de armonía". Para esses autores, a conjuntura dos preços do petróleo naquela época projetava uma sensação de bonança, o que na verdade era apenas ilusão, uma vez que não havia investimento em mecanismos sólidos de desenvolvimento econômico e social. A injeção de divisas produziu o crescimento do produto interno bruto do país com o aumento do padrão de consumo da população, crescimento de obras de infraestrutura e atração de migrantes de outras partes da América Latina, tais como Colômbia, Peru, Argentina, Uruguai e Chile (CAÑIZALEZ, 2018; USECHE, LINÁREZ, 2018).

> La historia de Venezuela como país receptor de migrantes, a partir del boom petrolero de los años 70 del siglo pasado, tuvo otros capítulos. A tierras venezolanas llegaron chilenos, argentinos y uruguayos tras la implantación de dictaduras militares en sus países, así como peruanos, ecuatorianos, dominicanos y colombianos en busca de oportunidades de trabajo cuando en sus países apretaba la situación económica. (CAÑIZÁLEZ, 2018, p. 189)

Como toda ilusão, a realidade tende a se impor. A partir do início da década de 1980 esse modelo econômico começa a dar sinais dos seus limites. Fica cada vez mais difícil para o Estado venezuelano manter as políticas sociais

[8] Expressão utilizada em analogia aos países saudistas exportadores de petróleo pertencentes à Organização de Países Exportadores de Petróleo - OPEP.

e a estrutura burocrática marcada pela corrupção, mesmo com o petróleo em alta. No contexto internacional e, especialmente, América Latina, passava por um período de recessão econômica que impactou na comercialização do produto. Com o declínio do preço do petróleo, o governo venezuelano se viu obrigado a tomar uma série de medidas para contornar as debilidades econômicas instauradas no país, tais como: desvalorização da moeda nacional; aumento da gasolina dentro do país; redução da estrutura burocrática do estado e de investimentos sociais (MENDES, 2010, p. 39-40). Isso contribuiu para reduzir o padrão de consumo da classe alta e média e a limitação de políticas sociais direcionadas para as classes populares (LÓPEZ MAYA, 2006, p.23).

Nos anos seguintes, houve inúmeras tentativas para contornar a instabilidade econômica mediadas por inspirações liberais (reestruturação da política de controle de preços – reajustes e liberação; congelamento do salário de funcionários públicos; privatização de serviços essenciais) que, contraditoriamente, mantinham a forte intervenção do Estado (MENDES, 2010). Fadadas ao fracasso, na maioria das vezes, essas medidas promoviam pouca estabilidade econômica e a insatisfação das camadas sociais afetadas que se rebelavam contra o governo, por meio de manifestações e protestos, como o famoso *Caracazo*[9]. Importante ressaltar que, em diferentes momentos, o governo norte-americano apoiou ações de grupos políticos venezuelanos vinculados às correntes neoliberais cujas proposições não afetavam os interesses econômicos dos Estados Unidos em relação ao petróleo (FERNÁNDEZ, 2019).

Transformações recentes e a diáspora venezuelana

Marcada por instabilidades políticas e econômicas em virtude da dependência em relação à produção petrolífera, a Venezuela, em distintas gestões, oscilou entre momentos de abundância e escassez. A persistente inconstância da economia política venezuelana fez com que, a partir da década de 1980, deixasse de ser um país receptor de imigrantes, passando a ser um país

[9] Ocorrido em 27 de janeiro de 1989, o *Caracazo* foi uma das manifestações mais emblemáticas contra as medidas tomadas pelo então governo. O protesto resultou em quase 300 mortos e milhares de pessoas feridas. Para aprofundar o tema ver López Maya (2006).

propagador de emigrantes. Entendido como uma "diáspora" por sociólogos venezuelanos (CAÑIZALES, 2018; PAEZ, VIVAS, 2017), esse processo foi acentuado nas primeiras décadas do século XXI.

De acordo com Guardia (2008, p. 188), a primeira eleição do presidente Hugo Chávez em 1999 e suas promessas de campanhas eleitorais de cunho socialista incentivaram a migração de parcela da população de classe média e profissionais qualificados para os Estados Unidos e países da Europa. Tal fato se explica pelo receio de iniciativas governamentais que limitassem direitos de propriedade e afetassem interesses econômicos[10], tais como o aumento de impostos, desapropriações de propriedades privadas e demissões em massa de profissionais da indústria petroleira que eram contra o regime [11].

As ações do governo chavista, alicerçadas em forte intervenção estatal, acentuaram a separação entre apoiadores (chavistas) e não apoiadores (antichavistas). De um lado, a maioria de pobres, parte dos setores médios e setores empresariais emergentes. De outro, a população mais rica e grande parte da classe média apoiada por uma pequena parcela de trabalhadores descontentes. Como mecanismo amortizador de tensões sociais, Hugo Chávez ampliou programas sociais direcionados às classes populares (supermercados com produtos subsidiados voltados à população de baixa renda; incentivos às cooperativas e pequenas empresas; plano de alfabetização; criação de "escolas bolivarianas" e da Universidade Bolivariana, entre outros). A população mais pobre foi o segmento social basilar para manutenção do poder após tentativa de golpe em 2001 e ratificação do seu mandato presidencial por meio da adesão de mais da metade da população durante o referendo revogatório do mandato em 2004 (MENDES, 2010, p.144-146; FERNÁNDEZ, 2019).

[10] Em novembro de 2001, Hugo Chávez anunciou um pacote legislativo que ficou conhecido como "Segunda Lei Habilitante", composto por 49 leis nas áreas econômica e social dentre elas destacam-se as Lei de Terras, a Lei de Hidrocarburos e a Lei de Pesca que aumentavam mecanismos de intervenção e expropriação de recursos pelo Estado. Para aprofundar o tema ver Mendes (2010, p.136-138), Padilla Fernandez (2019).

[11] Em fevereiro 2002, Chávez afastou a direção da PDVSA e nomeou uma nova, composta por nomes de sua confiança. A iniciativa resultou em enorme insatisfação entre os altos gerentes da empresa e parte dos trabalhadores, que logo iniciaram uma greve. A paralisação foi encerrada sem qualquer convocatória oficial, e cerca de 18.000 de aproximadamente 40.000 funcionários da PDVSA foram despedidos por abandono de emprego, o que abriu caminho para que o governo aprofundasse a reforma petroleira e o controle sobre a empresa (MENDES, 2010, p.140-143)

No âmbito internacional, Chávez criou alianças com China e Rússia na perspectiva de reativar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo-OPEP. Isso revigorou o mercado de petróleo e ocasionou a alta dos preços do produto. A maior capitalização de recursos permitiu novamente o fortalecimento de políticas sociais em âmbito nacional e consolidação de processos de integração regional com a América Latina e Caribe. Por outro lado, o posicionamento político que manifestamente questionava a hegemonia e o imperialismo dos Estados Unidos e aliados europeus tornou a Venezuela uma ameaça na agenda global. Isto acarretou uma série de reações de enfrentamento ao projeto de revolução bolivariana com sanções econômicas e financeiras (FERNÁNDEZ, 2019).

Para Becker, alianças e divergências político-econômicas podem ser cruciais na influência estrangeira sobre um país, mesmo sem exercer a posse territorial:

> A geopolítica sempre se caracterizou pela presença de pressões de todo tipo, intervenções no cenário internacional desde as mais brandas até guerras e conquistas de territórios. Inicialmente, essas ações tinham como sujeito fundamental o Estado, pois ele era entendido como a única fonte de poder, a única representação da política, e as disputas eram analisadas apenas entre os Estados. Hoje, esta geopolítica atua, sobretudo, por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território, uma vez que a conquista de territórios e as colônias tornaram-se muito caras. (BECKER, 2005, p. 71)

Mesmo com a elevação do preço do barril do petróleo no mercado internacional, entre os anos de 2003 e 2008, proporcionando um novo período de expansão econômica no país, isso não foi suficiente para incentivar o retorno da classe média e alta, integrantes das correntes migratórias predecessoras e, tampouco, estabilizar aquelas que surgiram (FREITEZ, 2011, p. 13). De acordo com Vazquez (2012), os/as venezuelanos/as altamente qualificados/as da indústria petroleira que residiam em países europeus e nos Estados Unidos afirmavam não manifestar interesse de retorno ao país, mesmo tendo a possibilidade de obterem salários equivalentes. A justificativa para manter-se em terras estrangeiras girava em torno do sucateamento da indústria petroleira e divergências político-ideológicas com o governo venezuelano.

Pequenos empresários e profissionais liberais venezuelanos radicados no Brasil em 2016 reclamavam que o controle de preços imposto pelo governo a partir de 2009 teria prejudicado toda a cadeia de produção e de distribuição nacional, argumento também defendido pelo economista Santeliz-Granadillo (2008). O referido autor chama atenção para os resultados dessa política que, inicialmente, ampliou o acesso a bens e serviços para população de baixa renda na Venezuela. Por outro lado, o esforço para garantir o preço acessível para o consumidor final, ocultava a insuficiência da produção, uma vez que o preço baixo não garante a oferta.

Os efeitos colaterais do controle de preços foram percebidos até mesmo na fronteira com o Brasil, em Santa Elena do Uairén. As prateleiras dos supermercados vazias anunciavam os produtos a preços oficiais, mas o comerciante respondia: "*Hay, pero no hay*". A escassez de produtos produziu a proliferação do comércio informal de alimentos, situação que transbordou as fronteiras nacionais após o ano de 2014. Emerge a importante categoria dos *bachaqueros*. A expressão *bachaqueros* tem origem na palavra *bachaco*, uma espécie de formiga, em alusão ao deslocamento das formigas para conseguir alimentos. Uma modalidade de *bachaquero,* ou comércio-formiga (como são conhecidos do lado brasileiro), são as pessoas que compram gêneros alimentícios e itens de primeira necessidade nos supermercados e distribuidoras de Pacaraima, Boa Vista e Manaus para revender em domicílios ou no comércio informal de rua na Venezuela a preços mais altos que os regulados pelo governo Bolivariano.

A morte de Chávez e a ascensão de Nicolás Maduro, em 2013, associado a uma queda significativa do preço do petróleo no mercado internacional em 2014, mais uma vez revelou as limitações de uma economia dependente. A partir de então, embargos econômicos foram reforçados e conflitos políticos que questionavam a legitimidade do pleito que elegeu Maduro emergiram, inclusive com o apoio e chancela do governo norte-americano e seus aliados (FERNÁNDEZ, 2019).

Em 2015 as oposições venceram a maioria das cadeiras legislativas nas eleições para a Assembléia Nacional da Venezuela. Em 2017 o Supremo Tribunal de Justiça removeu os poderes da Assembléia oposicionista. Dessa disputa emergiu como liderança para unificar as oposições o deputado Juan

Guaidó, presidente da Assembléia deposta e posteriormente restaurada. Guaidó chegou a ser reconhecido "presidente interino" da Venezuela por países como EUA, Colômbia, Brasil, Chile, Equador, Reino Unido, França. A legitimidade de Maduro foi defendida por Cubanos, Russos, Chineses, Mexicanos e Bolivianos.

Do ponto de vista econômico, os impactos da hiperinflação e do desabastecimento de bens e produtos de primeira necessidade representaram a face mais cruel da instabilidade. O contexto recorrente de tensão política causou insegurança e restrição da mobilidade urbana nas cidades venezuelanas. O cotidiano na república bolivariana passou a ser marcado por tensões e desafios para materialização da existência (FERNÁNDEZ, 2019).

O sociólogo venezuelano Iván de la Vega (2016) argumenta que a partir de 2016 o padrão migratório venezuelano vem se modificando. Anteriormente, havia um deslocamento de empresários e profissionais altamente qualificados para Europa, América do Norte e países latino-americanos como Chile e Argentina. Com a instabilidade política unida à crise econômica, somam-se a estes as classes populares e povos indígenas que se deslocam por meio terrestre para as regiões de fronteira.

La Dieta de Maduro, a "crise política" e a "política da crise"

O percurso terrestre por meio da fronteira Brasil/Venezuela, delimitada entre os municípios de Santa Elena de Uairén (VE) e Pacaraima (BR), tornou-se o mais viável na etapa atual do deslocamento venezuelano, intitulado por Paez e Vivas (2017) como a "migração do desespero", iniciada na primeira metade de 2015. De acordo com esses autores, a fuga da Venezuela é uma alternativa de contornar as mazelas causadas pela acentuação da crise humanitária, marcada pela falta de comida e medicamentos, altos índices de inflação, militarização e corrupção das instituições públicas, violência e repressão política. Esses migrantes, segundo Paez e Vivas (2017) e Cañizález (2018) compõem a parcela mais pobre e com menores índices de educação, em relação a outras camadas da sociedade venezuelana que emigraram anteriormente. Com parcos recursos, viajavam sem qualquer garantia de segurança pessoal, estabilidade financeira ou recepção nos países de destino.

Dada a centralidade da busca por comida e também os esforços para o exercício da liberdade de política e de consumo, preferimos entender esse processo a partir do ponto de vista venezuelano. Entre os que se deslocavam na fronteira, tivemos oportunidade de conhecer *chavistas* e *antichavistas*. Perdemos as contas das inúmeras vezes que o tema político foi à baila entre interlocutores/as fomentando discussões calorosas. Por um lado, com argumentos totalmente *antichavistas* associando a crise às tentativas da implementação de regime socialista pelo ex-presidente, por outro lado, em sua defesa, desvinculando Chávez do governo de Maduro. O ponto em comum entre os/as migrantes era a desaprovação ao governo de Nicolás Maduro. A maioria concordava com a ideia de fuga de *La Dieta de Maduro*.

No cenário internacional, o processo migratório venezuelano tem sido encarado por distintas perspectivas. De acordo com Ramírez et al. (2019, p.7-8), coexistem três pontos de vista. No primeiro encontram-se os países e instituições que se posicionam a favor de intervenções políticas na Venezuela e não reconhecem a legitimidade do governo de Nicolás Maduro. Esse grupo é composto por países como os Estados Unidos, Colômbia e organizações internacionais como a União Europeia e a Organização dos Estados Americanos (OEA) que têm se manifestado por meio de embargos econômicos.

O segundo considera que a migração venezuelana representa uma "crise humanitária" de emergência regional. Por isso, os migrantes necessitam receber assistência humanitária por meio de cooperação técnica e financeira internacional que deve atuar junto aos países afetados por este deslocamento. Estão incluídos nesse grupo, além dos países do primeiro grupo, Brasil, Colômbia, Argentina, Canadá, Chile, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru, além de organismos internacionais como Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e Organização Internacional para as Migrações (OIM). Outro aspecto comum entre esses países é o não cumprimento de tratados internacionais ratificados que visavam facilitar a migração entre países da América Latina. O que se vê atualmente é um recrudescimento de políticas de controle migratório alicerçadas em mecanismos de securitização (RAMÍREZ et al., 2019, p. 8).

Note-se que existe uma interseção entre o primeiro e o segundo ponto de vista. Países e organizações que defendem a necessidade de intervenção política,

também investem nos projetos "humanitários". Isso auxilia a explicar a contraditória participação dos Estados Unidos no financiamento de várias ações e projetos relacionados ao acolhimento de migrantes venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus. Adrian Padilla Fernández relembra que sucessivos governos americanos impuseram sanções econômicas à Venezuela, o que colaborou de forma significativa para o aprofundamento da crise econômica no país latino e, consequentemente, na acentuação do processo migratório (FERNÁNDEZ, 2019).

A recusa oficial da ajuda estadunidense pelo governo venezuelano em 2019 não foi empecilho suficiente para afastar as dádivas norte-americanas que se impuseram pelas brechas das *vulnerabilidades* dos/as migrantes venezuelanos/as por meio da *ajuda humanitária*[12]. A cooperação norte-americana desloca drasticamente a posição dos EUA neste cenário, de adversário geopolítico passou a ser percebido por parte dos/as venezuelanos/as como aliado e benevolente. A *dádiva humanitária* obscureceu as sanções econômicas e as barreiras impostas pelos EUA à entrada de migrantes. Assim como na realidade timorense estudada por Kelly Silva (2008, p.145), dadas as diferenças de doações e contexto, cabe aos/às venezuelanos/as a obrigação de receber. A contradádiva não está vinculada ao retorno de recursos financeiros, mas a uma "dívida moral" que coloca parte da população venezuelana em condição de submissão.

O último posicionamento político é a negação da migração e o não reconhecimento da crise migratória pelo Estado Venezuelano que omite os dados oficiais sobre o fluxo migratório. Mesmo com os números vultuosos produzidos pelos governos dos países vizinhos, altos funcionários do governo venezuelano insistiam em negar a existência de uma crise (RAMÍREZ et al., 2019). Esse posicionamento repercute em inação no sentido de promover políticas públicas capazes de mitigar os efeitos do desabastecimento. Aos olhos das autoridades venezuelanas, até mesmo as promessas internacionais de ajuda

[12] A primeira carga de ajuda humanitária enviada pelos Estados Unidos para atenuar a crise vivida na Venezuela chegou no dia 07/02/2019, à cidade colombiana de Cúcuta, na fronteira entre os dois países. O carregamento de 50 toneladas, levado por caminhões, não cruzou a fronteira em razão da recusa do presidente Nicolás Maduro, que considerou o envio um pretexto para uma intervenção norte-americana no país. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/mundo/venezuela-recusa-comida-e-remedios-enviados-pelos-eua-1.2060562 , acesso em 08/02/2019.

humanitária não passariam de pretextos para intervenções estrangeiras e consequente derrubada do presidente Maduro (BRONER, 2018).

Rejeitando o rótulo de país em crise política-econômica-social, o governo venezuelano mobilizava inúmeras tentativas para burlar essa imagem em âmbito internacional. O controle cambial e as viagens ao exterior eram um exemplo. A pesquisadora Ivón Meza, em comunicação pessoal, relatou-nos que entre os anos 2013 e 2015 muitos/as venezuelanos/as costumavam viajar para outros países como tática para terem acesso a dólares, uma vez que a taxa cambial somente era aprovada pelo governo mediante justificativa da viagem. Na prática, de acordo com ela, convertendo para Reais, *era como se nesse período o governo vendesse um dólar por 50 centavos*. De posse dos dólares subsidiados, venezuelanos/as viajavam para outros países para realizar uma transação que ficou conhecida popularmente como *raspar tarjeta,* expressão utilizada em analogia ao uso do cartão de crédito. Consistia em realizar pagamentos fictícios em estabelecimentos comerciais estrangeiros, inseridos no esquema prévio, no qual o comerciante devolvia parte do dinheiro para o/a "turista venezuelano/a" e ficava com uma porcentagem.

Voltando à Venezuela, os dólares eram revendidos no mercado paralelo com valores acima do câmbio oficial ou em alguns casos, servia para financiar os primeiros meses no país de destino, quando os/as migrantes não retornavam. Ivón confessou-nos que ela própria lançou mão de *raspar tarjeta* na Itália com o objetivo de utilizar o recurso para migrar ao Brasil. Por outro lado, ela ressaltou que o governo venezuelano justificava a ausência de crise no país descrevendo o crescimento das viagens de turismo pela população venezuelana:

> Naquela época o governo podia fazer e fazia com frequência comentários do tipo: que as pessoas viajavam por prazer, que aquilo era sinal de que a Venezuela era um país rico, que eram emigrantes filhinhos de papai e mamãe.

O incentivo de retorno ao país foi outra forma que o governo venezuelano tentou demonstrar estabilidade política e econômica em contraponto a uma situação de deterioração. O "*Plan Vuelta a la Patria*" [13] é um

[13] Conforme as estatísticas divulgadas pelo Ministério do Poder Popular de Relaciones Exteriores (MPPRE, 2020), o plano possibilitou, até fevereiro de 2020, o retorno de 17.522

exemplo. Elaborado na gestão do presidente Nicolás Maduro em agosto de 2018, estabelece uma ponte aérea e terrestre para o retorno voluntário de todos os/as migrantes e suas famílias que carecem de meios próprios para retornar à Venezuela. O Brasil, em 2020, liderava o ranking dos países de procedência dos/as migrantes venezuelanos/as retornados/as. A principal alegação de retorno pelos/as venezuelanos/as, conforme os dados oficiais divulgados, foram problemas econômicos, falta de oportunidade de emprego digno e exposição a ataques xenofóbicos e estigmas sociais (MPPRE, 2020).

Não surpreende que o Brasil ocupasse a liderança dos países de onde os/as venezuelanos/as retornam, uma vez que se utilizam dos benefícios deste programa para visitar esporadicamente a família e enviar remessas. Uma vez por semana saia um ônibus da prefeitura de Santa Elena do Uairén com destino à rodoviária de Puerto Ordaz, onde existem rotas de ônibus para diferentes cidades venezuelanas. Isso não significa, necessariamente, a permanência na Venezuela, pois, de acordo com alguns relatos, essas mesmas pessoas regressaram ao Brasil por conta própria.

Considerações finais

Entre os/as venezuelanos/as descontentes com *La Dieta de Maduro,* existe uma certa frustração pela incapacidade de mudar o regime pela via eleitoral, frustração que só encontrou saída por meio de aeroportos e fronteiras terrestres. A migração venezuelana vem produzindo transformações nas vidas das pessoas e também vem agitando as disputas internacionais. Eles e elas carregam, para onde quer que vão, a sua fome, definida não apenas como imperativo biológico, mas também por outras restrições, como a limitação das liberdades políticas e econômicas.

A crise de abastecimento de gêneros alimentícios pode ser vista como um símbolo. Símbolo de equívocos de longo prazo na construção de um economia dependente do petróleo; símbolo de um regime político de feições autoritárias; símbolo do poder político-econômico dos adversários desse regime. Ao longo do artigo foram apresentadas diferentes conjunturas de abundância e escassez, e

venezuelanos. A maioria proveniente do Brasil (7.285), em seguida Perú (4.259), Equador (3.242) e Colômbia (764).

como a Venezuela flutua entre dois pólos opostos conforme os interesses geopolíticos de norte-americanos e europeus. Notadamente, o posicionamento contra-hegemônico dos governos bolivarianos causou inúmeros constrangimentos para a economia venezuelana no período mais recente.

A defesa de um monopólio estatal dos hidrocarbonetos foi tomada como ofensa gravíssima pelos países que tiveram suas empresas impedidas de produzir e comercializar o petróleo extraído em terras venezuelanas. A primeira "crise" de Hugo Chávez foi uma greve de petroleiros em 2002. Os trabalhadores daquela indústria foram os primeiros a pegar o caminho do aeroporto, sem passagem de volta. A Venezuela ficou estrangulada com o seu próprio cordão umbilical. Sem o capital estrangeiro e sem o conhecimento nacional, a indústria sucumbiu. O governo tinha o petróleo, mas não sabia o que fazer com ele.

Então começam de fato as pressões internacionais. A Venezuela precisa vender o petróleo para comprar mantimentos. Ao longo das primeiras décadas do século XXI, o número de parceiros comerciais e investidores só fez reduzir tendo em vista a posição desviante do governo bolivariano aos olhos de Washington e *Wall Street*. O governo tentou controlar os preços e criou uma economia sem oferta local, facilitando o desabastecimento. Com a queda no preço do barril de petróleo, *La Dieta de Maduro* tornou-se ainda mais restritiva.

À medida que venezuelanos/as, de todas as regiões, se deslocam para outros países, chegando em condições de extrema vulnerabilidade, a comunidade internacional aciona a salvação por meio da solidariedade e do "humanitarismo". A mesma comunidade internacional que co-criou a crise se reveste do manto da cooperação para acolher, fora da Venezuela, aquelas pessoas que fogem das condições de vida no país de origem.

A noção de crise vem sendo vinculada diretamente à migração venezuelana. A associação da crise com a migração é operacionalizada e mediada por diferentes interesses e pontos de vista. De um lado, o humanitarismo que se apropria da noção de crise para justificar, no cenário internacional, atuação e a captação de recursos com o objetivo de aliviar o sofrimento humano de quem se coloca em movimento. De outro lado, a cooperação internacional que visa construir, por meio da *ajuda humanitária,* alianças que ampliem a possibilidade de ingerência na Venezuela. Isso sugere que a crise política e a "política da crise" se retroalimentam.

Esperamos que tenha ficado claro, nesta breve análise, que a "diáspora venezuelana" não pode ser atribuída unicamente à índole socialista do governo bolivariano, mas que sua própria inclinação contra-hegemônica colocou em movimento interesses contrários e persuasivos, dentro e além dos limites territoriais da Venezuela. A "política da crise" atua sobre a "crise política". Não queremos aqui defender as medidas autoritárias do governo Maduro contra seus opositores, mas ressaltar que Nicolás Maduro não é o responsável solitário pela "crise" ou *Dieta* que leva seu nome. A dependência econômica de um recurso natural muito cobiçado colocou o território venezuelano, há décadas, no mapa das disputas geopolíticas internacionais. A opção por um caminho autóctone, testado por Chávez, encontrou seus limites na necessidade de manter relações comerciais com compradores de petróleo e vendedores de comida, que pressionam restringindo compras e vendas. O elo mais fraco dessa cadeia são as pessoas expostas ao desabastecimento de alimentos e que se tornam migrantes precisando de ajuda humanitária para sobreviver longe de casa.

Referências bibliográficas

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v.19, n.53, Jan./Apr. 2005. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005

BRONER, Tamara Taraciuck. La inmigración venezolana em território brasileño. In: ARRELANO, Angel (coord.). **Florescer Lejos de Casa: Testimonios de la Diáspora Venezolana.** Montevideo: Fundación Konrad-Adenauer, 2018.

CAÑIZÁLEZ, Andrés. Diaspora: Migration transformation in Venezuela in the 21st century. **Journal of Latin American Communication Research,** v. 6, n. 1-2, 2018. Disponível em: http://journal.pubalaic.org/index.php/jlacr/article/view/300

CARVALHO, Maria Cláudia; LUZ, Madel; PRADO, Shirley. Comer, alimentar e nutrir: categorias analíticas instrumentais no campo da pesquisa científica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n.1, p. 155-163, 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100019

DE LA VEGA, Iván. Estudio longitudinal de la emigración en Venezuela durante el siglo XXI. **IV Jornadas de la Sección de Estudios Venezolanos de Latin American Studies Association**. Caracas: UCAB, 2016, pp. 1-15.

FERNÁNDEZ, Adrián Padilla. Venezuela entre la hegemonía y la contra-hegemonía (una lectura contextual para comprender una complejidad socio-histórica). **Textos & Debates**, n.32, p. 175-198, jan./jun. 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.18227/2217-1448ted.v1i32.5697

FREITEZ, Anitza. La emigración desde Venezuela durante la última década. **Temas de Coyuntura,** v. 63, p.11-38, jul. 2011. Disponível em http://revistasenlinea.saber.ucab.edu.ve/temas/index.php/temasdecoyuntura/article/download/1048/949

GARCIA, Stephanie Queiroz. Petróleo: Visão Geral e Aspectos Fundamentais nas Relações Internacionais. **Revista Política Hoje**, 1a ed., v. 23, p. 129-147, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicahoje/article/view/3757/3061

GUARDIA, Inés. Fuga de venezolanos durante la Revolución Bolivariana (1998-2007). **Investigaciones Geográficas,** n. 44, p. 187-198, fev. /jun. 2008. DOI: https://doi.org/10.14198/INGEO2007.44.10

LÓPEZ MAYA, Margarita. Novedades y continuidades de la protesta popular en Venezuela. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol. 12, 2006. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-64112006000100002

MACIEL, Maria Eunice. Identidade cultural e alimentação. In: CANESQUI, Ana, e GARCIA, Rosa. (orgs.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, pp.49-55. Disponível em https://static.scielo.org/scielobooks/v6rkd/pdf/canesqui-9788575413876.pdf

MENDES, Flávio da Silva. **Do consenso ao dissenso: o Movimento Bolivariano e o ressurgimento da política na Venezuela**. Dissertação (Mestrado), UNICAMP, 2010. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/278911

MINTZ, Sidney. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 47, outubro/2001. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-69092001000300002

MPPRE – Ministerio del Poder Popular de Relaciones Exteriores, Gobierno Bolivariano de Venezuela. **Boletín Plan Vuelve a la Patria.** Caracas: MPPRE, 2020. http://mppre.gob.ve/wp-content/uploads/2020/02/2020-02-10_Bolet%C3%ADn_Vuelta_a_la_Patria.pdf

NAIM, Moises e PIÑANGO, Ramon. **El caso Venezuela: una ilusión de armonía.** Caracas: Ediciones IESA, 1985.

PAEZ, Tomas e VIVAS, Leonardo. **The Venezuelan Diaspora: Another Impending Crisis?** Freedom House Special Report. Abril, 2017. DOI:

10.13140/RG.2.2.17819.87843

PUGA, Sílvia. Prefácio. In: OLIVEIRA, Márcia e DIAS, Maria das Graças (org.). **Interfaces da mobilidade humana na fronteira amazônica, v 2.** Boa Vista: EdUFRR, 2020, pp. 11-16

RAMÍREZ, Jacques, LINARES, Yoharlis e USECHE, Emilio. (Geo)Políticas Migratorias, Inserción Laboral y Xenofobia: Migrantes Venezolanos en Ecuador. In: BLOUIN, Cécile (org.). **Después de la Llegada. Realidades de la migración venezolana.** Lima: Themis-PUCP, 2019. Disponível em: http://www.catedrajorgedurand.udg.mx/sites/default/files/venezolanos_en_ecuador.pdf

RICHARDS, Audrey. **Hunger and work in a savage tribe.** Londres: Routledge, 1932.

SANTELIZ-GRANADILLO, Andrés. 1999-2009, La economía en diez años de gobierno Revolucionario. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales** [online]. 2008. http://ve.scielo.org/scielo.php?pid=S1315-64112008000300006&script=sci_abstract

SILVA, Kelly Cristiane da. A cooperação internacional como dádiva: algumas aproximações. **Mana**, v. 14, n. 1, pp. 141-171, 2008. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-93132008000100006

USECHE, Emilio e LINÁREZ, Yoharlis. La migración venezolana: el petróleo como agente movilizador. In: RAMÍREZ, Jaques (org.). **Cuadernos de Formación CELAG.** Quito: CELAG, 2018. Disponível em: https://www.celag.org/wp-content/uploads/2018/11/cuadernos_formacion_2018-1.pdf

VASCONCELOS, Iana e SANTOS, Sandro. A migração da fome: comida e deslocamento venezuelano na fronteira Brasil/Venezuela. In: OLIVEIRA, Márcia e DIAS, Maria das Graças (org.). **Interfaces da mobilidade humana na fronteira amazônica, v 2.** Boa Vista: EdUFRR, 2020, pp. 53-77.

VAZQUEZ, Gonzalo E. **An Evaluation of Brain Drain in the Case of the Venezuela's Petroleum Company, Petroleos de Venezuela S. A. (PDVSA).** Dissertação (Mestrado), University of Miami, 2012. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/341354866_An_Evaluation_of_Brain_Drain_in_the_Case_of_the_Venezuela's_Petroleum_Company_Petroleos_de_Venezuela_S_A_PDVSA_Semantic_Scholar

WOORTMAN, Ellen. Alimentação como linguagem. **Habitus**, v. 11, n.1, pp. 5-17, 2013. DOI: http://dx.doi.org/10.18224/hab.v11.1.2013.5-17

Recebido em Junho de 2021
Aprovado em Setembro de 2021